

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 05/XII/4.<sup>a</sup>SL**

Aos 24 dias do mês de setembro de 2014, pelas 10 horas e 15 minutos, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

- 1. Distribuição de iniciativas legislativas;**
- 2. Apreciação e votação dos pareceres sobre as seguintes iniciativas legislativas:**
  - **Proposta de lei n.º 241/XII/3.<sup>a</sup> (GOV) - Aprova o regime jurídico específico aplicável ao Centro de Análise e Operações Marítimas - Narcóticos, estabelecido por Acordo aprovado pela Resolução da Assembleia da República n.º 2/2009, de 2 de fevereiro, nomeadamente no que respeita às prerrogativas atribuídas às suas instalações em território português;**  
**Relator: Deputado José Magalhães (PS)**
  - **Projeto de lei n.º 633/XII/3.<sup>a</sup> (PS) - Procede à 21.<sup>a</sup> alteração ao Código de Processo Penal, promovendo a proteção de vítimas de violência doméstica instituindo procedimento para a regulação provisória das responsabilidades parentais com atribuição provisória de pensão de alimentos e permitindo o afastamento do agressor;**  
**Relatora: Deputada Teresa Anjinho (CDS-PP)**
- 3 Admissão e distribuição de petições, designadamente:**
  - **Petição n.º 427/XII/4.<sup>a</sup>, subscrita por Rui Miguel Silva Seabra (5196 assinaturas), solicitando à Assembleia da República que impeça a aprovação da proposta de lei n.º 246/XII/3.<sup>a</sup> – cópia privada;**
- 4 Apreciação e votação de relatórios finais de petições, designadamente:**
  - **Petição n.º 408/XII/3.<sup>a</sup> – Solicita a adoção de medidas no sentido de rejeitar (revogar ou alterar) as normas referentes à desqualificação do Tribunal da Moita, constantes do decreto-lei que regulamenta a Lei de Organização do Sistema Judiciário e que estabelece o regime aplicável à organização e funcionamento dos tribunais judiciais;**
- 5 Apreciação e votação de relatórios sobre iniciativas europeias;**
- 6 Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, solicitando a audição da anterior equipa responsável pela implementação e manutenção do sistema CITIUS a fim de esclarecer o que se**

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 05/XII/4.<sup>a</sup>SL**

passou na transição das equipas dado o conflito existente entre as versões apresentadas;

**7 Outros assuntos.**

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente da Comissão, Deputado Fernando Negrão, procedeu-se à distribuição e designação do relator da seguinte iniciativa legislativa:

N.º AUTOR	ASSUNTO	NOMEAÇÃO RELATOR
649/XII/4. <sup>a</sup> (PS)	<a href="#">Reforça as incompatibilidades dos titulares de cargos políticos e altos cargos públicos.</a>	Deputado Carlos Peixoto (PSD)

Em seguida, foi apreciado o parecer sobre a [proposta de lei n.º 241/XII/3.<sup>a</sup> \(GOV\)](#) - Aprova o regime jurídico específico aplicável ao Centro de Análise e Operações Marítimas - Narcóticos, estabelecido por Acordo aprovado pela Resolução da Assembleia da República n.º 2/2009, de 2 de fevereiro, nomeadamente no que respeita às prerrogativas atribuídas às suas instalações em território português, que foi apresentado pelo respetivo relator, Senhor Deputado José Magalhães e, no final, submetido a votação, aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

Foi igualmente apreciado o parecer sobre o [projeto de lei n.º 633/XII/3.<sup>a</sup> \(PS\)](#) - Procede à 21.<sup>a</sup> alteração ao Código de Processo Penal, promovendo a proteção de vítimas de violência doméstica, instituindo um procedimento para a regulação provisória das responsabilidades parentais com atribuição provisória de pensão de alimentos e permitindo o afastamento do agressor, que foi apresentado pela respetiva relatora, Senhora Deputada Teresa Anjinho (CDS-PP), e, após um breve debate, em que interveio a Senhora Deputada Elza Pais (PS), o parecer (partes I e III) foi aprovado por unanimidade.

No ponto seguinte da ordem do dia, foi admitida e distribuída a seguinte petição:

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 05/XII/4.<sup>a</sup>SL**

<b>PETIÇÃO</b>	<b>PETICIONANTE (S)</b>	<b>ASSUNTO</b>	<b>RELATOR DESIGNADO</b>
<a href="#">427/XII/4.<sup>a</sup></a>	Rui Miguel Silva Seabra (5196 assinaturas)	Impedir a aprovação da proposta de lei n.º 246/XII/3. <sup>a</sup> (GOV) – cópia privada.	Deputado Pedro Delgado Alves (PS)

No quarto ponto da ordem do dia, foi apreciado o relatório da [petição n.º 408/XII/3.<sup>a</sup>](#), na qual se solicita à Assembleia da República a adoção de medidas no sentido de rejeitar (revogar ou alterar) as normas referentes à desqualificação do Tribunal da Moita constantes do decreto-lei que regulamenta a Lei de Organização do Sistema Judiciário e que estabelece o regime aplicável à organização e funcionamento dos tribunais judiciais, que foi apresentado pelo respetivo relator, Senhor Deputado Paulo Simões Ribeiro (PSD).

No debate que se seguiu, intervieram os Senhores Deputados Luís Pita Ameixa (PS), Teresa Anjinho (CDS-PP) e José Magalhães (PS), tendo, no final, o Senhor Presidente manifestado a sua discordância em relação ao estilo de linguagem — que classificou de «sexista» — usado pelo Senhor Deputado José Magalhães (PS) quando se dirigiu à Senhora Deputada Teresa Anjinho (CDS-PP). Em seguida, usou da palavra, para defesa da honra, a Senhora Deputada Teresa Anjinho (CDS-PP), que lamentou, mais uma vez, o tipo de linguagem usado e insurgiu-se quanto à recolha e publicação nas redes sociais de imagens suas e de outros Senhores Deputados, durante a audição da Ministra da Justiça realizada no dia anterior, pelo Senhor Deputado José Magalhães (PS), intervenção que mereceu a concordância e a solidariedade das Senhoras Deputadas Cecília Honório (BE) e Teresa Leal Coelho (PSD). Seguiu-se no uso da palavra, para dar explicações, o Senhor Deputado José Magalhães (PS), que referiu que o que fez foi protestar veementemente contra a repetição de uma inverdade, apresentando a sua versão, na medida em que testemunhou e acompanhou os acontecimentos objeto de discussão. Proferiram, ainda, intervenções os Senhores Deputados Hugo Velosa (PSD) e Luís Pita Ameixa (PS), o primeiro afirmando que, mais do que uma questão de legalidade, estava em causa uma questão de atitude no

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 05/XII/4.<sup>ª</sup>SL**

que se refere à utilização de imagens sem autorização, o segundo apelando a que a discussão retomasse um patamar de razoabilidade.

No final, submetido a votação, o relatório foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

No sexto ponto da ordem do dia, o Senhor Presidente informou que, nessa manhã, dera entrada um segundo requerimento, apresentado pelo PCP, já distribuído aos Senhores Deputados, solicitando a audição urgente dos atuais responsáveis pelo programa CITIUS, do responsável que apresentou a sua demissão em janeiro de 2013 e dos responsáveis das empresas *Critical Software* e *Accenture* (que tiveram intervenção concreta no sistema), e pôs à consideração dos presentes a respetiva inclusão na ordem do dia. Não havendo oposição, procedeu-se à discussão conjunta desse requerimento e do requerimento apresentado pelo BE, solicitando a audição da anterior equipa responsável pela implementação e manutenção do sistema CITIUS a fim de esclarecer o que se passou na transição de equipas dado o conflito existente entre as versões apresentadas.

Usaram da palavra, para fundamentar os requerimentos dos respetivos Grupos Parlamentares, a Senhora Deputada Cecília Honório (BE) e o Senhor Deputado João Oliveira (PCP). No debate, intervieram as Senhoras e os Senhores Deputados Luís Pita Ameixa (PS), Carlos Abreu Amorim (PSD) e Teresa Anjinho (CDS-PP), o primeiro manifestando a concordância do Grupo Parlamentar do PS com o teor dos dois requerimentos apresentados e os seguintes a discordância dos respetivos Grupos Parlamentares, por entenderem que as audições requeridas não se traduzem num contributo positivo para a resolução do problema, posição que foi considerada lamentável pelos autores dos requerimentos, que acusaram a maioria PSD/CDS-PP de não querer apurar as responsabilidades nem retirar as consequências políticas da situação que se vive na justiça. No final, submetidos a votação, os dois requerimentos foram rejeitados, com votos contra do PSD e do CDS-PP e votos a favor do PS, do PCP e do BE.



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 05/XII/4.ªSL**

No ponto reservado a «outros assuntos», o Senhor Deputado Luís Pita Ameixa (PS) solicitou que a Comissão diligenciasse, de novo, junto do Ministério da Administração Interna, o envio à Comissão do relatório elaborado pela Inspeção-Geral da Administração Interna (IGAI) sobre os acontecimentos ocorridos no dia 21 de novembro de 2013, em frente à Assembleia República, caso não se verifique nenhum dos constrangimentos que impediram a sua divulgação até ao momento, o que mereceu a concordância do Senhor Presidente e dos demais Senhores Deputados presentes.

Não havendo lugar à apreciação e votação de relatórios sobre iniciativas europeias e nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 12 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 24 de setembro de 2014

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO**

**(FERNANDO NEGRÃO)**

**Nota: Aprovada em 01-10-2014**



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E  
GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 05/XII/4.<sup>a</sup>SL**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto  
António Filipe  
António Gameiro  
Carlos Peixoto  
Cecília Honório  
Fernando Negrão  
Filipe Neto Brandão  
Francisca Almeida  
Hugo Velosa  
Isabel Alves Moreira  
João Lobo  
Jorge Lacão  
José Luís Ferreira  
José Magalhães  
Luís Pita Ameixa  
Maria Paula Cardoso  
Paulo Rios de Oliveira  
Paulo Simões Ribeiro  
Teresa Anjinho  
Teresa Leal Coelho  
Carlos Abreu Amorim  
Elza Pais  
Pedro Delgado Alves

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Hugo Lopes Soares  
Isabel Oneto  
Telmo Correia

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: